

CHEFIA DE GABINETE

Ata de Reunião | Documento: [160668611](#)



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA (JUNHO/2026)

Ao Décimo oitavo dia do sexto mês do ano de 2026 em primeira convocação às 19h00min, e em segunda chamada às 19h21min, horário de Brasília, de forma presencial, nos termos da Lei 15.764/2013, regulamentada pelo Decreto 59.023/2019 e Portaria nº002/PREF/CC/SERS/2020, deu-se início a reunião ordinária do Conselho Participativo Municipal da Capela do Socorro sob condução coordenador substituto e secretário geral Rivaldo Nolaço

Responsável pela elaboração da presente ata: Anderson Ricardo, secretário adjunto.

Contou-se com a presença de 13 Conselheiros Titulares, 1 Conselheiro Suplente, Representantes da Subprefeitura, interlocutor, GCM, CREAS, STS e Municípes, conforme lista que se segue:

Função	Nome	Presença	Justificativa
Conselheiro(a)	Alice Araújo Risso	Presente	-
Conselheiro(a)	Ana Maria Barbosa Teixeira	Ausente	-
Conselheiro(a)	Ana Paula de Assis	Presente	-
Conselheiro(a)	Anderson Ricardo Damasceno Costa	Presente	-
Conselheiro(a)	Andrea Lima de Oliveira dos Santos	Ausente	-
Conselheiro(a)	Arlindo do Amaral Wandelle	Presente	-
Conselheiro(a)	Nicoleta Pereira Dias	Ausente	
Conselheiro(a)	Bruna Carine Nepomuceno de Jesus Rocha	Ausente	Licença maternidade
Conselheiro(a)	João Batista da Silva	Presente	-
Conselheiro(a)	Jonathan Vilar da Silva	Ausente	-
Conselheiro(a)	André da Silva Dias	Ausente	-
Conselheiro(a)	Angeli Franco Nobre	Presente	-
Conselheiro(a)	Ari Israel da Silva	Presente	
Conselheiro(a)	Beatriz Silva Rodrigues	Ausente	-
Conselheiro(a)	Rivaldo Nolaço da Silva	Presente	-
Conselheiro(a)	Leanir José da Costa	Ausente	-
Conselheiro(a)	Elba Bezerra Oliveira	Ausente	Justificado
Conselheiro(a)	Eustáquio Teixeira de Souza	Presente	-
Conselheiro(a)	Grace Kelly Coqueiro Coelho	Ausente	-
Conselheiro(a)	Iara Patricia Peixoto de Souza	Ausente	-
Conselheiro(a)	Luciana Bello	Presente	
Conselheiro(a)	Luiz Felipe Rocha de Lima	Presente	
Conselheiro(a)	Claudiana Dantas da Hora Matos	Ausente	Justificado
Conselheiro(a)	Maria José dos Santos	Ausente	
Conselheiro(a)	Roberto Robson A. dos Santos	Presente	
Conselheiro(a)	Aristeu Vitorino Silva Neto	Ausente	

Conselheiro(a)	Régio Pereira de Araújo	Presente	
Interlocutor (a)	Marcio	Presente	-
Subprefeitura	Selma	Presente	-
Creas	Alan	Presente	-
STS	João	Presente	-
GCM	Almeida	Presente	-
Conseg Grajaú	Cristian Fabalet	Presente	

PAUTA ABERTA

Verificação de quórum e leitura da pauta

A abertura da reunião foi realizada pelo(a) Secretário geral (a) Sr. (a) Rivaldo Nolaço, que informou a todos sobre a pauta publicada no Diário Oficial da Cidade. Em seguida, foi feita a leitura das pautas:

- 1. Abertura;
- 2. Diagnóstico Territorial e articulação intersetorial para a Rede de atenção a usuários de drogas e álcool;
- 3. Zeladoria via formulário;
- 4. Falas dos Conselheiros e Municípes;
- 5. Encerramento.

DESCRIÇÃO DE TÓPICOS COMPLEMENTARES (CASO NECESSÁRIO):

1. **DESCRIÇÃO DE TÓPICOS COMPLEMENTARES (CASO NECESSÁRIO):**Abertura da reunião foi feita pelo secretário geral devido a coordenadora Bruna Carine estar de licença maternidade.

2. O Sr. Rivaldo Declara aberta a reunião ordinária constatando o quórum de 11 conselheiros presentes às 19h30min. Informa que, embora não haja deliberações formais previstas para o dia, a reunião possui plenas condições de acontecer.,

3. Apresenta o tema principal da pauta: " Diagnóstico Territorial e articulação intersetorial para a Rede de atenção a usuários de drogas e álcool e zeladoria via formulário". O Sr. Rivaldo contextualiza que as ações recentes no centro da cidade acabaram com a Cracolândia dispersando os usuários de drogas para outros territórios. Pontua a necessidade de se debater o assunto para adotar soluções para um problema que vem ocorrendo em nosso território. Devido alguns questionamentos de municípes e conselheiros quanto a pauta, reitera que os temas não são impostos pela mesa e que todos os conselheiros têm direito à manifestação para a escolha do tema no grupo de WhatsApp canal oficial. Questiona o papel e o funcionamento do Estado no suporte às comunidades terapêuticas. Diante do grande número de inscritos, determina a abertura das falas direcionadas estritamente à pauta. Manifestações dos Conselheiros e Convidados

4. João (representante da STS capela do socorro)

Apresenta um pouco do trabalho da saúde, juntamente com as equipes do serviço social, na abordagem dos moradores e usuários de drogas e álcool no território da Capela do Socorro, João relata alguns casos em suas ações no território com a população em situação de rua e o encaminhamento realizados para o hospital Cantareira, daqueles que aceitam ajuda.

5. Cristian: faz uma ótima explanação sobre as casas de recuperação e as grandes burocracia para a regularização das casas terapêuticas no território da Capela do Socorro por causa da normativa da STS NR 29 da STS que obriga as casas obterem, fala também da quantidade das casas existentes no território. 43 casas terapêuticas com CNPJ no distrito do Grajaú, e 15 sem CNPJ, região do Varginha, 26 com CNPJ e no distrito da Cidade Dutra e Socorro são 6. Ressalta que as casas são somente vistas em fiscalização ai se não tiver todos os documentos necessários fecham, ou quando é para desafogar vagas no hospital Grajaú aí a assistente social procura vagas.

Lembra também que a STS já foi procurada para poder fazer a regularização, mas até hoje não foi resolvido.

6. Alan (Assistente Social do CREAS Capela do Socorro)

Apresenta-se como morador nativo do território e assistente social atuante no CREAS local há mais de um ano. Alerta para o aumento visível da população em situação de rua na região e detalha a rede socioassistencial disponível:

Serviço Especializado em Abordagem Social nas Ruas (CREAS): Equipes que realizam buscas ativas nos espaços públicos para ofertar acolhimento e acompanhamento social.

Centro de Acolhida Grajaú: Serviço com capacidade para acolhimento mensal de 56 homens adultos.

Acolhimento Especializado para Idosos: Destinado a 100 pessoas idosas (a partir de 60 anos, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa) com autonomia preservada para atividades diárias.

Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI): 12 instituições parceiras da Secretaria de Assistência Social voltadas para idosos com algum grau de dependência (mencionando unidades nas regiões de Vila natal e Chácara Santo Amaro).

Alan relata que, por provocação da Subprefeitura, foram realizadas reuniões de planejamento que resultaram em quatro ações conjuntas focadas em pontos de alta concentração de vulnerabilidade, como o Passa Rápido do rio bonito e a Praça dos Trabalhadores (próxima ao terminal Varginha). Destaca que a assistência atua

integrada com os CRAS e o Cadastro Único para transferência de renda, reforçando que os problemas complexos exigem soluções complexas e articuladas entre saúde, habitação, segurança e sociedade civil.

Pontua que a discussão orçamentária trazida pelo conselho é fundamental, pois há necessidade de ampliação e injeção de verbas. Exemplifica os gargalos estruturais citando que o CREAS local atende toda a extensão da Capela do Socorro e também a região de Parelheiros. Somados, os territórios equivalem a mais de um quarto da extensão da cidade de São Paulo, possuindo distritos (como o Grajaú) cuja população supera a de vários países.

Ao ser questionado sobre o fluxo de vagas, Alan esclarece que, em caso de esgotamento da capacidade local (de apenas 55 vagas em uma das frentes), a Central de Vagas da Secretaria Municipal pode oferecer acolhimento em outras regiões da cidade, embora o serviço reconheça o impacto negativo de romper o vínculo territorial do usuário. Finaliza pontuando que o trabalho visa também estimular a conscientização dos usuários enquanto cidadãos de direito e de reivindicação política não partidária.

7. Selma (representante da Subprefeitura)

Manifesta indignação como moradora em tom de desabafo e protesto a respeito do impacto dos serviços no entorno escolar e residencial. Relata que usuários foram deslocados para locais próximos a cerca de 5 escolas (No BNH, Grajaú). Afirma que muitos saem desses equipamentos ou do meio escolar e permanecem nas ruas, gerando insegurança e conflitos com os moradores locais. Questiona o critério de instalação desses locais sem consulta prévia à vizinhança e indaga as autoridades sobre quais medidas administrativas podem ser tomadas para transferir esses serviços de acolhida para outras regiões distantes do perímetro escolar.

8. Representante da Guarda Civil Metropolitana - GCM (Tenente Almeida)

Explica a atuação da corporação, dividida entre o suporte social e as ações de policiamento preventivo e repressivo. Informa que a GCM realiza apreensões de entorpecentes rotineiramente para coibir a fixação de pontos de tráfico ("focos") que atraem a população em situação de rua. No âmbito social, apoia os agentes de assistência social quando os usuários aceitam o encaminhamento.

Menciona a atuação conjunta com as equipes de zeladoria urbana nas operações de desfazimento. Explica que, por força de portaria regulamentar, em dias sem frio extremo, os usuários devem desmontar suas barracas no período da manhã (por volta das 07h às 08h), sendo permitida a remontagem apenas após as 17h. Justifica que a presença da GCM nessas ações é obrigatória para garantir a segurança dos funcionários da zeladoria, uma vez que há resistência por parte dos usuários em permitir o recolhimento de excesso de materiais e roupas acumuladas que obstruem a livre circulação nas calçadas. Informa também o funcionamento do sistema de monitoramento Smart Sampa, cujas câmeras auxiliam na identificação de infratores e foragidos por meio de cruzamento de imagens.

9. Arlindo/ Índio (conselheiro, Psicólogo e Empresário da Construção Civil)

Compara o cenário atual da região ao fenômeno de segregação ocorrido na década de 1960 no bairro de Itatinga, em Campinas. Critica de forma incisiva as gestões do prefeito Ricardo Nunes e do governador Tarcísio de Freitas, acusando-as de promover a segregação higienista da população vulnerável em vez do acolhimento humano. Classifica como falsa a afirmação oficial de que a "Cracolândia" no centro de São Paulo foi extinta, argumentando que a intervenção policial baseada no uso da força apenas dispersou o problema para os bairros periféricos.

Arlindo cobra a apresentação de diagnósticos quantitativos e dados estatísticos detalhados por parte dos órgãos públicos presentes. Argumenta que, sem números que classifiquem a gravidade da dependência (níveis moderado, intermediário e elevado), gênero e origem dos usuários, torna-se impossível formular uma política pública eficiente. Defende que o Grajaú necessita urgentemente de uma subprefeitura própria devido à magnitude de sua população e complexidade socioeconômica.

10. Luiz (Conselheiro)

Expõe o histórico de degradação de pontos específicos da região que operam como centros informais de consumo de drogas há anos. Corrobora a opinião de que a Cracolândia central não acabou, mas migrou para as vias secundárias devido à repressão. Traz um relato de cunho familiar referente à sua irmã, acolhida pela instituição da Pastora Marinalva. Pontua que, embora o serviço comunitário/religioso abrigue mais de 20 meninas e realize um trabalho muitas vezes superior ao do poder público na falta de vagas, essas comunidades terapêuticas de base religiosa carecem de fomento cultural, artístico e suporte técnico estruturado do Estado.

11. Alice (conselheira)

Menciona que a pauta é muito sensível como o Luiz mencionou, te muitas pessoas que fazem o trabalho voluntário, e atendem usuários que frequentam grupos de apoios e que fazem trabalhos de apadrinhamento e ficam conversando pra ver se tem algum tipo de aconselhamento. Aí vejo a GCM com todo respeito, mas aqui não vai resolver nada dessa guerra as drogas por que os meninos que está trabalhando na biqueira hoje não acontece nada se não é pego o carinho que está distribuindo 16 toneladas de pasta base, a assistência social caindo aos pedaços e os assistentes. Aí a GCM abordando as pessoas vulneráveis de rua, junto com a zeladoria e o desfazimento de rua e sem a assistência, então não tem a documentação das pessoas e só pegam as coisas das pessoas e jogam no lixo, então as pessoas que estão ali em situação de rua elas ficam bravas porque elas já não tem nada só tem bagagem de vida delas, e o pouco que elas tem é jogado no lixo, enfim essa guerra as drogas é um absurdo completo a gente está aqui em uma reunião de 2h discutindo algo que há 50 não está indo pra lugar nenhum é só morte e violência e queria deixar só o repúdio a toda essa política que não é eficaz de nenhuma forma, os trabalhadores estão aqui sendo sucateado no equipamento com mofo e caindo e os policiais dando suas vidas em uma violência que também não vai acabar nem com a vida deles enfim desculpas boa noite

12. O Senhor Zito Pereira cumprimentou a todos os presentes e parabenizou as manifestações anteriores. Destacou sua atuação como membro do Conselho Municipal de Saúde e ressaltou que a pauta em debate é de suma importância para o Conselho Participativo Municipal. Pontuou que as demandas discutidas envolvem diretamente segurança, políticas públicas e saúde, não sendo passíveis de resolução isolada no âmbito desta reunião. Criticou a falta de precisão nos dados apresentados pelos convidados e sugeriu que fosse realizado um levantamento técnico prévio junto às realidades locais — visitando equipamentos como as Clínicas existentes, CREAS, CRAS e CAPS — para que as informações trazidas ao colegiado sejam resolutivas, evitando o desconhecimento de dados essenciais durante os questionamentos.

Na sequência, expressou seu agradecimento ao Conselho Participativo Municipal da Capela do Socorro, lembrando que, em novembro do ano anterior, sob a coordenação do Senhor Índio, foi aberto espaço para a protocolização de um ofício cobrando melhorias de zeladoria. Destacou que, na presente semana, as obras das calçadas da empresa Bola Branca foram integralmente executadas, após um período de cobranças que se estendia desde 2023. Agradeceu o empenho da Subprefeitura, da atual coordenadora, Senhora Bruna, e do ex-coordenador Índio pela abertura do espaço institucional, mencionando ainda que a aplicação de uma multa no valor de R\$ 28.000,00 e a fixação de uma faixa de alerta cessaram o descarte irregular de resíduos no local há duas semanas.

Aproveitou a oportunidade para solicitar, em regime de urgência, a manutenção do escadão situado entre a Avenida Dona Belmira Marin, na altura do número 1.928, e a Rua José Quaresma Júnior, número 649. Relatou que a situação no local é calamitosa, com refluxo de esgoto sobre o calçadão e proliferação de roedores que invadem as residências, gerando pânico na comunidade. Solicitou formalmente que o Conselho e a Subprefeitura realizem uma vistoria técnica no local.

Por fim, em tom de desabafo e compromisso público, mencionou atravessar um momento familiar delicado, com o recente falecimento de um familiar e os cuidados com seu pai acamado. Enfatizou que, apesar das adversidades pessoais, comparece às sessões motivado pelo compromisso de lutar por melhorias na região, concluindo que a essência do papel do conselheiro reside na cobrança efetiva das demandas de zeladoria urbana.

13. Roberto (Conselheiro)

Defende uma postura mais enérgica e imediata por parte do Governo do Estado e da Prefeitura. Sugere a realização compulsória de "mutirões de fiscalização e recolhimento" diários em todas as frentes territoriais para remover os acampamentos improvisados e encaminhar compulsoriamente os indivíduos para tratamento, sob a alegação de que a dispersão está atingindo locais profundos das periferias ("fundão de madeira").

Crítica o encerramento das bases comunitárias fixas da Polícia Militar e da GCM nos bairros paulistas, argumentando que isso enfraqueceu a segurança e retirou o canal direto de denúncia dos moradores. Adicionalmente, Roberto tece duras críticas à concessão de benefícios assistenciais financeiros em dinheiro (citando valores estimados de R\$ 800,00). Em sua visão, a facilidade de acesso a refeições gratuitas, doações de roupas e repasses financeiros sem contrapartida atua como um fator de fixação e permanência dessas pessoas nas ruas, desestimulando a busca por reabilitação e autonomia.

14. Esclarecimento Técnico da GCM

O representante da Guarda Civil contrapõe a visão sobre as bases comunitárias fixas. Explica que, no contexto tecnológico atual, as bases fixas tornaram-se obsoletas e ineficientes, pois imobilizavam policiais na guarda do patrimônio físico da guarita. Com a popularização dos telefones celulares e o monitoramento digital por GPS, o acionamento via central direciona a viatura móvel mais próxima diretamente às coordenadas do chamado. Argumenta que o policiamento dinâmico e embarcado consegue dar respostas a ocorrências em poucos minutos, cobrindo um raio de atuação muito superior ao das antigas estruturas fixas.

15. Nelson

Manifesta profunda preocupação com a segurança e com a escalada do tráfico que atinge as crianças e jovens do território. Lembra que o vício, antes restrito a substâncias tradicionais, agora captura a juventude mais cedo. Apela por uma atuação coordenada entre o Ministério Público, Promotoria de Justiça, Direitos Humanos e Conselhos Tutelares, alertando que a omissão do Estado e a falta de perspectiva econômica empurram os jovens para o trabalho informal no tráfico de drogas. Menciona dados geográficos do território (como áreas de 4.500 m² e 647 m² na região da Vila Natal) para cobrar a destinação correta de espaços públicos para a infraestrutura social e educacional.

16. O Conselheiro Ari manifestou-se destacando que as discussões em torno da dependência química na região não são recentes. Relembrou que, em décadas anteriores, o foco do problema concentrava-se no vício em cola de sapato entre crianças e jovens da periferia. Salientou a necessidade de uma atuação conjunta e articulada em um fórum de diálogo unificado que reúna o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Secretaria de Segurança Pública do Estado, a Guarda Civil Metropolitana (GCM), assistentes sociais, o 1. Conselho Tutelar e órgãos de Direitos Humanos. Argumentou que as intervenções de isolamento na Cracolândia não resolvem a raiz humana do problema. Recordou que o trabalho social e de acolhimento na região, especialmente voltado a idosos e vulneráveis, enfrenta entraves burocráticos históricos, citando como exemplo a atuação da Fraternidade do Frei Gilson, na Vila Natal, iniciada no final da década de 1990 em articulação com a Dra. Regina e Paulo Fagundes. Informou que, na ocasião, para mitigar a burocracia, houve a doação de um terreno de 5.000 m² onde hoje se localiza a sede da referida instituição. afirmou que, como ex-conselheiro tutelar, reconhece o caráter árduo do trabalho junto às UBSs do Jardim Mirna e da Vila Natal. Alertou que, embora a Praça dos Trabalhadores seja frequentemente mencionada, o ponto mais crítico e perigoso atualmente localiza-se entre a Vila Natal e o Jardim Guanabara, na faixa da linha do trem, onde já realizou ações de distribuição de alimentos. Ressaltou que o avanço da dependência química é um fenômeno nacional e que a rede de proteção esbarra na impossibilidade jurídica de realizar acolhimentos compulsórios devido a restrições do Ministério Público, demandando um denominador comum entre as secretarias. Por fim, informou que, diante do aumento de furtos e assaltos a postos de saúde, escolas e creches na região, acionou formalmente o Dr. Alberto, o Tenente Vieira e a GCM para a realização de forças-tarefas de fiscalização integrada.

17. Daniela questionou a mesa sobre as diretrizes adotadas e o tratamento dispensado especificamente aos casos de crianças em situação de uso de substâncias entorpecentes, apontando que, embora os debates foquem em jovens e adultos, os índices de consumo de drogas na infância têm demonstrado um aumento alarmante no território.

18. O Senhor Alan (CREAS) respondeu esclarecendo que, no âmbito da Assistência Social, a rede de Proteção Social Básica dispõe de uma gama ampliada de serviços geridos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), compreendendo equipamentos como os Centros para Crianças e Adolescentes (CCA), Centros para a Juventude (CJ) e Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), direcionados à salvaguarda desse público.

19. O Senhor João complementou detalhando o fluxo de atendimento, explicando que as crianças acolhidas em SAICAs contam com acompanhamento especializado nos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS i), articulado com o monitoramento escolar pela Assistência Social e o acompanhamento de saúde na UBS de referência, por meio da carteira de acompanhamento desde a primeira infância. Ponderou, contudo, sobre as limitações estruturais da rede diante de graves disfunções sociais, citando cenários de abandono parental e o aliciamento de menores pelo tráfico e pela exploração sexual. Destacou a extrema complexidade em efetuar o acolhimento e a formação cidadã nesses contextos, mencionando que muitas mães usuárias de substâncias químicas, instaladas em pontos de tráfico, ocultam seus filhos das assistentes sociais por receio de perderem o vínculo familiar.

20. O conselheiro Luís interveio para ressaltar que, em muitos casos, a resistência das famílias em cooperar com o serviço social não decorre apenas do medo da perda da guarda em si, mas sim do receio do cancelamento de benefícios socioassistenciais vinculados à presença da criança.

21. O Senhor João concordou com a análise, reiterando a complexidade dos fatores envolvidos e ponderando que, apesar da existência de recursos na rede, os serviços isolados não conseguem solucionar a totalidade das demandas.

22. O Conselheiro Anderson teceu considerações a respeito do SAICA como equipamento de proteção. Com base em sua experiência profissional pregressa em instituições de acolhimento, apontou que a grande maioria dos casos que chegam ao serviço decorre de conflitos familiares dinâmicos, e não de situação real de rua. Defendeu que conflitos de ordem puramente familiar deveriam ser dirimidos e tratados no âmbito da própria convivência familiar e comunitária. Propôs que a Assistência Social e o Conselho Tutelar reavaliem os critérios de encaminhamento, evitando a institucionalização desnecessária por conflitos domésticos e reservando as vagas do SAICA para os casos de maior gravidade e violação de direitos.

23. O Senhor João manifestou concordância com a proposta, assinalando a necessidade de uma postura mais ativa por parte do Conselho Tutelar.

24. O Tenente da Guarda Civil Metropolitana fez uso da palavra para apresentar o programa "Criança sob Nossa Guarda", desenvolvido nas unidades escolares com foco na prevenção ao uso de entorpecentes, somado ao patrulhamento escolar regular. Destacou a facilidade de interlocução que a corporação possui com o público infantojuvenil e informou que, mediante o recebimento de denúncias, o Conselho Tutelar é imediatamente acionado para a tomada das providências cabíveis.

25. O Senhor Cristian apresentou questionamentos ao Senhor Alan (CREAS) a respeito da real atratividade e da qualidade da oferta programática dos CCAs e CJs para os adolescentes na atualidade, indagando se tais equipamentos não estariam operando apenas como espaços de preenchimento de tempo no contraturno

escolar. Em segundo ponto, criticou a desestruturação do programa Jovem Aprendiz, relatando que a fiscalização compulsória outrora exercida pela Secretaria do Trabalho junto às empresas privadas decaiu após o período pandêmico. afirmou que o mercado regional passou a ser centralizado majoritariamente pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), citando sua experiência profissional no NURAP em Santo Amaro. Concluiu que o afastamento dos jovens da escola e dos equipamentos públicos decorre da falta de propostas atrativas e de geração de renda para o auxílio familiar, defendendo que a municipalidade deve priorizar a inserção no mercado de trabalho e a capacitação profissional – como a elaboração de currículos – em detrimento de uma abordagem puramente assistencialista.

26. O Senhor Alan respondeu argumentando a necessidade de cautela para evitar generalizações sobre a eficácia dos serviços. Relatou que, em sua trajetória como supervisor técnico no CRAS Grajaú, monitorando equipamentos como CCA, CJ, CEDESP e NCI, constatou uma altíssima procura por vagas por parte das famílias da região. Esclareceu que, embora o acolhimento no contra-turno atenda a uma necessidade legítima de pais que trabalham, a função precípua desses equipamentos da Assistência Social, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais estabelecida pelo SUAS em 2009, é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Refutou a tese de ineficácia, citando históricos expressivos de egressos desses serviços que ingressaram no mercado formal de trabalho e no ensino superior. Reconheceu, todavia, que a estrutura atual é insuficiente para a escala demográfica e para o acentuado índice de desigualdade social verificado cientificamente por pesquisas recentes. Concluiu apontando que o aumento da vulnerabilidade e da violência são consequências diretas da desigualdade, tornando imperativa a constante reavaliação, o aprimoramento das políticas públicas existentes e a participação ativa da sociedade civil trazendo suas demandas reais a partir do território. Por fim, Alan traz uma informação de utilidade pública ao plenário: relata que foi realizado recentemente o Censo PopRua, um levantamento estatístico censitário contratado pela Secretaria Municipal para mapear quantitativamente o perfil, a quantidade e as condições de vida da população de rua em cada subprefeitura. Informa que os dados brutos estão em fase de tabulação pela municipalidade e assume o compromisso formal de socializar os resultados oficiais com este Conselho Territorial assim que forem publicados, permitindo que os debates passem a contar com a base empírica e os números cobrados pelos conselheiros.

27. O Senhor Rivaldo apresentou um informe justificando a ausência da Coordenadora do Conselho, Senhora Bruna, em razão de seu usufruto de licença-maternidade. Agradeceu a presença de todos os conselheiros, convidados e munícipes, e deu por encerrada a sessão às 21h21.

AÇÕES E PAUTA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO:

Nº	DEMANDA	RESPONSÁVEL
1		
2		
3		
4		
5		

LISTAS DE PRESENÇA ASSINADA (Conselheiros e munícipes)

Próxima reunião: 16 de julho de 2026 às 19h.

Ata elaborada por Anderson Ricardo, secretário adjunto.

Bruna Carine Nepomuceno

Coordenadora

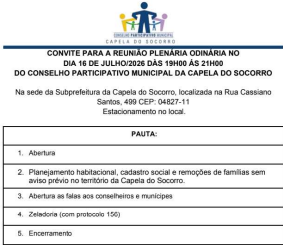
Rivaldo Nolaço da Silva

Secretário-Geral

Anderson Ricardo Damasceno Costa

Secretário adjunto

Convocação | Documento: [160677215](#)



UNIDADE DE ÁREAS VERDES

Despacho deferido | Documento: [160539149](#)

6057.2026/0002268-0 - Solicitação de Remoção de árvore externa

Despacho deferido

Interessados: Com fundamento na Lei 17.794/22 e Decretos 26.535/88 e 28.088/94 e no laudo da Unidade de Áreas Verdes [160539006](#), DEFIRO o pedido de Remoção de 01 (um) espécie arbórea Alfeneiro ,situada na Rua Izabel Aguiar de Campos, 869 Pq grajaú area externa (Especie Seca)

EMPREENDA FÁCIL

Despacho deferido | Documento: [160642987](#)

6057.2026/0002286-9 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil

DEFERIDO

A empresa FIORE ODONTOLOGIA LTDA CNPJ 67669684000190 teve sua licença deferida.

Despacho deferido | Documento: [160643293](#)

6057.2026/0002287-7 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil

DEFERIDO

A empresa FIORE ODONTOLOGIA LTDA CNPJ 67669684000190 teve sua licença deferida.

Despacho deferido | Documento: [160673360](#)

6057.2026/0002293-1 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil

DEFERIDO

A empresa CLINICA SER SERVICOS DE PSICOLOGIA E EDUCACAO COMPORTAMENTAL SS LTDA CNPJ